



# APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: UNIVERSOS  
ENTRELAÇADOS NA CONSTRUÇÃO DA  
MEMÓRIA

## **APRESENTAÇÃO DOSSIÊ “HISTÓRIA E PATRIMÔNIO: UNIVERSOS ENTRELAÇADOS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA”**

É com grande satisfação que apresentamos, neste número da Revista Trilhas da História, o Dossiê “História e Patrimônio: universos entrelaçados na construção da memória”. A coletânea de textos aqui selecionados foi pensada visando um olhar plural ante os debates recentes que articulam a História e o Patrimônio. Desde as clássicas abordagens sobre ‘Pedra e Cal’ a elementos intangíveis, vem tecendo novos contornos e possibilidades, que consideram tanto a ampliação de espaços e formas, como experiências cotidianas conectas ao ensino em suas mais variadas práticas. Sem desconsiderar o mote histórico e historiográfico que pavimentou a própria existência deste campo de estudos, o conjunto de artigos expressa as imbricações recentes em debates acadêmicos, legislativos, sociais e culturais, dentre outros, e que os conecta com as práticas e experiências apreendidas e vivenciadas pelos sujeitos, movimentos sociais e sociedade ante os bens patrimoniais em suas faces e formas plurais. Como resultado, o dossiê reuniu diversos artigos em que os autores buscaram apresentar as relações com a História e com o Patrimônio de saberes e práticas culturais, expressões artísticas, memórias biográficas e aspectos da cultura material, nacionais e internacionais.

Contanto com a participação de pesquisadores, docentes e pós-graduandos de distintas universidades e instituições nacionais e internacionais, o resultado final foi um trabalho robusto com inúmeros temas variados.

Adentrando ao conjunto de trabalhos selecionados, o dossiê inicia com o artigo “Oralidade e Memória Social no Ofício de Raizeira e Raizeiro do Cerrado”, de Marília Amaral. Neste trabalho, partindo do documentário “Raizeiros – Saberes Ameaçados” a autora analisa o papel e centralidade da oralidade e a memória social no ofício de raizeira e raizeiro do Cerrado, o qual está em processo de reconhecimento para se tornar patrimônio cultural nacional.

O segundo artigo, intitulado “Do Rural ao Urbano: Territorialidades Negras na Cidade de São Paulo Através do Samba Paulistano”. Nayara Mika Kussaba Kirihara, Giovanna Nogueira da Silva e Renato Bilotta da Silva analisam o samba paulistano na primeira metade do século XX, a partir de fluxos migratórios originários da cidade de Pirapora do Bom Jesus/SP para bairros operários como Barra Funda e Bexiga/Bela Vista/SP, resultando em uma territorialidade e sonoridades negras distintas de outros

sambas existentes, como no Rio de Janeiro. Na esteira desta temática das expressões musicais, segue a apresentação do texto “Entre a Fresta, a Repressão e a Resistência: os Grupos Percussivos de Maracatu e o Carnaval Diante dos Patrimônios Culturais Oficiais de Joinville (SC)” de autoria de Roberta Barros Meira, Evelyn de Jesus Jeronimo, Luana de Carvalho Silva Gusso. Ao trazer como centralidade os grupos percussivos de maracatu de Joinville (SC) as autoras elencam a trajetória de lutas e resistências ligadas a manifestações da cultura afro-brasileira nesta região, proporcionando uma reflexão mais ampla sobre a diversidade cultural plural e as exclusões sociais no tempo presente.

Adentrando conexões e experiências com a educação patrimonial, dois textos sequenciam os trabalhos. Partindo de uma temporalidade mais recente, Adson Rodrigo Silva Pinheiro em “Patrimônio nas Praças”: Possibilidades de Desvendar as Memórias de Fortaleza com o Projeto “Bom de Fortaleza” (2017-2018)” analisa o projeto realizado pela Secretaria e Cultura de Fortaleza- Secultfor- em sete praças da cidade de Fortaleza, buscando compreender como atividades de educação patrimonial contribuem para o fortalecimento das identidades e pertencimentos dos sujeitos ao bairro. Quanto ao segundo texto, de autoria de Igor Lapsky e Barbara Maria Muniz Pontes, “Educação Patrimonial e Ensino de História: Registrando Saberes e Práticas na Educação Básica” a pesquisa apresentada expande as possibilidades da educação patrimonial conectadas ao Ensino Básico, trazendo o próprio espaço urbano de Olinda/PE como um laboratório para o ensino de história e suas conexões com a história regional.

Ainda sobre a relação patrimônio e ensino, ao apresentar possibilidades e ações educativas ligadas aos bens patrimoniais, Inês Andrade, José Augusto da Silva Costa e Sônia Nogueira em “Ações Educativas no Território de Jaconé (Saquarema/RJ): a Função Social do Patrimônio Cultural”, demonstram como um leque de atividades extracurriculares aproximaram os jovens do Ensino Básico ao patrimônio cultural local, gerando um sentimento de pertencimento, considerando como ponto de partida a lenda do Morro do Ouro.

Na continuidade o dossiê apresenta trabalhos que conectam as temáticas de salvaguarda, patrimônios emergentes e trajetórias de preservação. De início, o trabalho “Olhei pela resta e vi um espaço enorme: Práticas Emergentes a partir de um processo de ocupação e salvaguarda de patrimônio cultural” de autoria de Andréa Thaynara Bezerra Ribeiro Silva Lima versa sobre a história de transformação de uma

antiga estação ferroviária desativada em espaço de atuação de coletivos culturais na cidade de Arcoverde-PE. Analisa como um conjunto de práticas educativas e culturais contribuíram para (re) interpretar os sentidos atribuídos ao patrimônio.

Abordando as ideias e debates ante a temática preservacionista Vanessa Almeida Dócio no texto “Rodrigo de Andrade e a Construção da Trajetória da Preservação no Brasil: Uma Tradição Inventada”, investiga o processo de construção e divulgação da narrativa responsável por tratar a história da preservação no Brasil, trazendo aspectos de uma tradição preservacionista. Focada na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) engendra as narrativas e disputas pela memória da temática desde a década de 1950. Abarcando um período e objeto semelhante, Pedro Henrique da Silva Paes em “Região e Cartografia, Dispositivos do Poder: a Formação da Geografia Patrimonial Através do Cotidiano Administrativo do Sphan (1937-1945)” busca compreender como a regionalização do país em áreas de interesse e a cartografia patrimonial brasileira foram influenciadas por décadas a partir da organização administrativa do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) entre 1937 e 1967, dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O autor analisa, por meio desse instrumento de preservação, como o SPHAN elaborou uma narrativa histórica brasileira e consecutivamente uma narrativa sobre o passado sertanejo.

Na continuidade destas genealogias analíticas, Daniel Rodrigues Tavares em “Patrimônio Cultural na História: Objeto de Pesquisa e Ensino” relaciona como história, memória e patrimônio influem na (re) organização de marcos de identificação sociais desde os primeiros debates na década de 1930, que ainda são sentidos nos caminhos legislativos e matrizes de atuação ante os bens patrimoniais. O próximo texto, “Patrimônios Históricos e o Enquadramento de Memória: Lugares de Memória para Todos?” de Ítalo Pereira de Sousa e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque procura analisar como a interseção entre o patrimônio histórico e a construção da memória coletiva interferem na manutenção da identidade cultural e compreensão da história de uma sociedade, através da formação de lugares de memória.

Na sequência dos trabalhos, um amplo conjunto de textos aborda o debate patrimonial pelos caminhos da museologia e espaços de memória. Abrindo os debates Tayara Barreto de Souza Celestino analisa em “Pessoas, Memórias e Novos Patrimônios: a Virtualidade de Tornar a História de Vida de Cada Pessoa Patrimônio

da Humanidade” as iniciativas do Instituto Museu da Pessoa, uma pessoa jurídica de direito privado definida como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, denominada em estatuto social próprio como “Instituto Museu da Pessoa.net”. Tendo como enfoque pensar um espaço público com fins de pesquisa e comunicação, a autora procura analisar a ideia de patrimônios virtuais e as imbricações no conceito atual de patrimônio, abrindo novas possibilidades para compreensão dos caminhos atuais da memória patrimonial.

Em “Museu Regional do Norte de Minas: Memória, História e Identidade” Clarissa de Fátima Luz e Silva e Fernando Batista Pereira apresentam o processo de musealização do Sobrado da Escola Normal/FAFIL, buscando compreender como seu processo histórico, tombamento e implantação como Museu Regional do Norte de Minas (MRNM) assumiram um significado relevante na divulgação e promoção do patrimônio cultural da região do norte de Minas, entre avanços e problemáticas.

Ao discutir as memórias individuais que se traduzem em elementos patrimoniais, o texto “Entre as Poesias de Cora Coralina e a Política de Pedro Ludovico: Um Ensaio Sobre os Museus-casa Biográficos em Goiás”, de Rildo Bento de Souza analisa o Museu Cora Coralina, localizado na cidade de Goiás e o Museu Pedro Ludovico, em Goiânia, e como estes espaços buscaram entrelaçar memórias biográficas a um espaço social e político de atuação, entrelaçadas nos museus pelo discurso do patrimônio cultural, reforçando laços com as cidades onde estão localizados. Na mesma perspectiva, mas em outra territorialidade nacional, o texto “O museu-casa Vó Izabel nas batalhas da memória no sertão de Canudos (BA)” Antônio Fernando de Araújo Sá discute o referido museu no contexto das batalhas da memória no sertão de Canudos, situando-o como um ícone de uma memória instituinte, que representa a passagem das grandes narrativas da história monumental às histórias do cotidiano e dos testemunhos. Por meio de entrevistas problematiza como o “turismo da memória” pode ser considerada um espaço de fruição contra as políticas de esquecimento no Brasil, evidenciando tensões entre o público e o privado, na construção da memória popular.

Em “O Lugar das Instituições Museológicas na Sociedade: o Caso de Taubaté-SP”, as autoras Mírian Garrido, Rachel Abdala e Nathália Novaes Victor analisam o lugar que as instituições museológicas ocupam nas sociedades, a partir de estudo de caso na cidade de Taubaté - SP, na qual existe uma quantidade significativa de museus (dez instituições). Partindo de dados do Instituto Brasileiro de Museus –

IBRAM e dos próprios museus da cidade, as autoras focam no Museu Histórico, Folclórico e Pedagógico Monteiro Lobato - MHFPML, considerado o mais visitado, questionando, dentre outros aspectos, como o lugar dos museus nas sociedades é composto pela existência concreta das instituições e pela relação de sua história com o contexto social.

Eduarda Alves no trabalho “Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte: Relações Raciais e Políticas Patrimoniais” busca compreender a atuação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - CDPCM-BH - na implementação da política patrimonial de natureza material, no que diz respeito às ações voltadas para as relações raciais. AO eleger como foco de análise o período entre 1984 e 1995, problematiza dados coletados e como estes podem revelar relações de poder discriminatórias, constituindo desigualdades e demarcando fronteiras.

Cemitérios oitocentistas, práticas mortuárias e as trajetórias das primeiras marmorarias de Manaus constituem a temática do texto “De Lioz à Carrara: as Trajetórias das Marmorarias Ítalo-amazonense e a Reformadora e a Arte Tumular Em Manaus-AM” de Fabio Augusto de Carvalho Pedrosa. Trazendo elementos entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX nos conduz a compreensão das práticas patrimoniais a partir do Cemitério de São João Batista.

Abrindo um conjunto de trabalhos dedicados a práticas culturais e suas manifestações patrimoniais, Manuela Areias Costa e Luciano Pereira da Silva apresentam “A Viola de Cocho e a Festa de São José no Contexto do Pantanal Brasileiro: Patrimônio Cultural, Memória e Territorialidade” em que discutem os saberes, os fazeres e as experiências relacionados à viola de cocho e à festa de São José, em Mato Grosso do Sul. Partindo de entrevistas com sujeitos emaranhados nestas práticas, nos levam a compreensão de como os conhecimentos e as memórias permitem debater distintos patrimônios culturais e seus processos de salvaguarda.

Em “Os Festejos de Santa Teresa D’ávila Como Possibilidade de Patrimônio Imaterial: Cultura Popular, Memória e Identidade de Imperatriz-MA (1920-1940)”, Eduardo Oliveira Melo, Rodrigo José Rodrigues Maciel e Gilberto Freire de Santana buscam visibilizar a presença de uma cultura popular na cidade de Imperatriz-MA no início do século XX a partir dos festejos de Santa Teresa d’Ávila, além de determinar o papel destes para a constituição da identidade e da memória da cidade. Emaranhados em debates e impressões como de Carlota Carvalho (2000) alçam

reiterar possibilidades da apreciação dos festejos como patrimônio cultural imaterial da cidade.

Na sequência, integram dois trabalhos tendo o território de Ouro Preto-MG como escopo de análise. Em “Entre Cores e Significados: os Tapetes Devocionais da Semana Santa em Ouro Preto Como Expressão de Patrimônio Cultural Imaterial, História e Turismo”, Nilson Ricardo Araújo, Kerley dos Santos Alves e Solano de Souza Braga analisam como as referidas práticas religiosas possuem um papel fundante no processo patrimonial imaterial, a partir de sua representação visual, como um meio de preservar, promover, valorizar e transmitir essa herança cultural mineira, que remontam ao século XVIII.

No texto, “Ouro Preto e as Disputas à Narrativa Colonial: Um Olhar Sobre a Herança Africana Através do Patrimônio Cultural”, Giovana Martins Brito eleje como escopo os sítios históricos de Ouro Preto-MG, problematizando a necessidade de compreensão da dimensão da presença da cultura africana na formação urbana, entre saberes e resistências expressos, que nem sempre são destacados e valorizados como patrimônio cultural.

Por fim, encerrando este dossiê, apresentamos dois trabalhos centrados nos potenciais arqueológicos em relação como campo da História. No texto “Potencial da Arqueologia para Atuar na Identificação Histórica e na Valorização dos Bens Socioculturais” de Vania Maria Barboza, propõe debates ante os estudos arqueológicos e suas relações com os bens patrimoniais. A partir de análises da região do Rio Uruguai, entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos convida a compreender como os elementos materiais apreendidos neste campo de estudo influem na compreensão da diversidade cultural e valorização de um passado plural de diferentes grupos e populações. Encerrando os trabalhos, Luis Felipe Freire Dantas Santos e Paulo Fernando Bava de Camargo apresentam “Patrimônio Arqueológico Subaquático do Conflito no Baixo Rio São Francisco: Uma Abordagem Arqueológica Sobre a História de Um Rio”, propondo analisar uma cultura material produzida no processo histórico de longa duração na região do Baixo Rio São Francisco. O texto igualmente discute as possibilidades de interpretação do patrimônio arqueológico subaquático relacionado aos conflitos políticos e confrontos bélicos.

Após breve apresentação dos textos que compõe esse dossiê, nós, organizadores, esperamos contribuir com a continuidade dos debates e o aprofundamento de prerrogativas teórico-metodológicas e de práticas educacionais

no campo do patrimônio cultural de forma interdisciplinar e inclusiva, considerando o compromisso com a divulgação científica, o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural. Desejamos uma ótima leitura.